



Revista de História (São Paulo)

ISSN: 0034-8309

ISSN: 2316-9141

Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas, Departamento de História

Marson, Izabel Andrade
IMAGINAÇÃO, HISTÓRIA E POLÍTICA: DIÁLOGOS E DUELOS
ENTRE POETAS E CRONISTAS NO *DON QUIJOTE DE LA MANCHA* *
Revista de História (São Paulo), núm. 178, a06318, 2019
Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas, Departamento de História

DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2019.145722>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=285061378022>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

UAEM redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto



ARTIGO

IMAGINAÇÃO, HISTÓRIA E POLÍTICA: DIÁLOGOS E DUELOS ENTRE POETAS E CRONISTAS NO *DON QUIJOTE DE LA MANCHA**

Contato
Rua Aldo Grigol, 625
13085-400 – Campinas – São Paulo – Brasil
imarson@unicamp.br

 **Izabel Andrade Marson****
Universidade Estadual de Campinas
Campinas – São Paulo – Brasil

Resumo

Acompanhando estudiosos da obra de Cervantes, pretendemos reconhecer como a história de D. Quixote de la Mancha constitui complexa “invenção-crítica” expressiva da cultura humanista espanhola dos séculos XVI e XVII. Demonstramos uma possível opinião do autor na polêmica travada entre “poetas” (escritores de ficção) e “cronistas” (historiadores) analisando as peripécias do narrador na busca por fontes e métodos que revelassem as aventuras do cavaleiro e de seu escudeiro na forma de uma “história moderna”. Ou seja, uma novela original, questionadora tanto das novelas de cavalaria quanto das crônicas oficiais.

Palavras-chave

Cervantes – D. Quixote – livros de cavalaria – crônicas – Espanha.

* Todas as obras e todos os documentos utilizados na pesquisa e na elaboração do artigo são citados nas notas e na bibliografia. O artigo não foi publicado em plataforma preprint. O tema foi abordado originalmente na comunicação “Diálogos entre poetas y cronistas en D. Quijote de la Mancha” apresentada no IX CINDAC (Congreso Internacional de la Asociación de Cervantistas) realizado na Universidade de São Paulo (29 de junho – 03 de julho de 2015). A pesquisa teve apoio do CNPq (Bolsa de Produtividade em Pesquisa – Processo: 30756/2011-9).

** Professora Livre Docente do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp – Universidade Estadual de Campinas – Cidade Universitária Zeferino Vaz – Distrito de Barão Geraldo, Campinas, S. Paulo, Brasil.



ARTICLE

IMAGINATION, HISTORY
AND POLITICS:
DIALOGUES AND
DISPUTES BETWEEN
POETS AND
CHRONICLERS IN
*DON QUIJOTE DE LA
MANCHA*

Contact
Rua Aldo Grigol, 625
13085-400 – Campinas – São Paulo – Brazil
imarson@unicamp.br

 Izabel Andrade Marson
Universidade Estadual de Campinas
Campinas – São Paulo – Brazil

Abstract

Following specialists of Cervantes's works, we intend recognize how D. Quijote de la Manchas's story is a sophisticated "critic-invention" expressive of the Spanish humanist culture of the XVIth and XVIIth centuries. We show a possible autor's opinion in the polemic between "poets" (fiction writers) and "chroniclers" (historians), analyzing the narrator's adventures to find sources and methods which permit bring to light the knight and his squire's adventures in the form of a "modern history". That means, an original novel, to quest both the chivalric novels and official chronicles.

Keywords

Cervantes – D. Quijote – chivalric novels – chronicles – Spain.

Una “ingeniosa invención”

“El Quijote es ante todo, un libro de y sobre libros”
(ROUBAUD, 2004, p. CXXXIV)

Embora seja notável a empatia do *El ingenioso hidalgo Don Quijote de la Mancha* (CERVANTES, 2004)¹ com leitores dos séculos seguintes à sua publicação, nos interessa demonstrar como a trama do livro imbrica a experiência de Cervantes e a cultura humanista do século XVI, abordando trechos que sugerem a polêmica entre o escritor e cronistas de seu tempo.² Pressupondo a formação pré-universitária e o riquíssimo percurso do novelista,³ muitos estudiosos⁴ já reconheceram no *D. Quixote* inédita (re)elaboração de temas e procedimentos apropriados da poesia clássica, de teólogos moralistas (Erasmo, Juan Luís Vives, Juan de Valdés), das novelas italianas, das crônicas e novelas espanholas, da literatura picaresca e das histórias mouriscas,⁵ havendo consenso que sua narrativa demonstra um “escritor crítico” e “engenhosa”

¹ Originalmente, a obra foi publicada em duas partes, respectivamente em 1605 e 1615. As referências no corpo do artigo remetem a esta edição e registram a parte (I-II), o capítulo (algarismo arábico), e a página.

² Inspiramo-nos nas premissas contextualistas da história intelectual e da filosofia política propostas por Skinner (1999, p. 10–14).

³ Escrever a biografia de Cervantes tem sido um desafio, dada a restrição de documentos e informações pessoais, no geral retrabalhados nos *Proêmios* e trama de suas obras. Nasceu em Alcalá de Henares (1547) e teve vida movimentada pelas locomoções na Espanha e fora dela em busca de sustento ou por problemas com a justiça (dívidas e transgressões). Exerceu várias profissões: além de escritor, foi soldado, secretário particular, cobrador de impostos. “*Nada seguro se sabe sobre los primeros estudios de Cervantes, que desde luego, no llegaron a ser universitarios. Parece que curso las primeras letras en Valladolid, en Córdoba o en Sevilla. Es probable que estudiara en la Compañía de Jesús (...) En 1566 (...) asiste a lo Estudio de la Villa regentado por el catedrático de gramática Juan López de Hoyos (...), humanista conocido en los medios intelectuales madrileños*”. (RIQUER, 2004, p. XIV–LXXV).

⁴ Ortega y Gasset, Martin Riquer, Américo Castro, Marcel Bataillon, Fernando Rico, Augustin Redondo, Peter Russel, Edward Riley, Anthony Close, Jean Canavaggio, entre outros.

⁵ Há divergências sobre as matrizes de Cervantes. Alguns acentuam o domínio sobre clássicos da literatura antiga e renascentista, em especial a espanhola (Daniel Eisenberg); outros as lacunas e a familiaridade com livros de cavalaria espanhóis (Sylvia Roboud). Outros, ainda, valorizam uma possível origem conversa e em decorrência, afinidades com doutrinas erasmistas nas temáticas, na argumentação e na concepção do mundo (Américo Castro, Marcel Bataillon, Daniel Eisenberg e Francisco Márquez Villanueva). Apesar das especificidades, referenciando-se no conceito de *intertextualidade*, todos reconhecem o espírito crítico e a argúcia na iniciativa de (re)elaborar em inédita proposta o capital cultural que ameahou: “*El Quijote crea un nuevo espacio narrativo por aglutinación y transformación de materiales literarios, e en el lo que surge es ya otra cosa: la novela moderna*” (DOMINGUEZ, 2005, p. 1078).

criação. Nas palavras de Edward Riley, "*las facultades creativa y critica de Cervantes se compenetrar a la perfección*" (RILEY, 2001, p. 209; 2004, p. CXLIV, CXLIX).

Já foi exaustivamente analisado o empenho do escritor em ironizar os livros de cavalaria, no que acompanhou letrados, teólogos, moralistas espanhóis e cronistas,⁶ entre os quais, Fray Antonio de Guevara, um dos historiadores da corte dos reis católicos e do imperador Carlos V (REDONDO, 1976, p. 528-529). Tal postura demonstrava desacordo com a difusão de práticas "lascivas, indecentes e prejudiciais aos costumes" pois as novelas eram muito apreciadas, inclusive por soberanos (a exemplo de Pedro IV, de Aragão; Isabel, a Católica, de Castela e Carlos V) que incentivaram sua publicação (ROUBAUD, 2004, p. CXIX-CXXI), só censurada no reinado de Felipe II.⁷ A crítica ao gênero anuncia-se na conversa entre o cônego de Toledo e o cura da aldeia que os consideram escritos, em sua grande maioria, "*inútiles para la republica*" por serem "*cuentos disparatados que buscaban solamente a deleitar e no a enseñar*" (I, 47, p. 599).

As restrições no *Quixote* se remetem, também, ao método de construção das novelas de cavalaria, exposto no *Prólogo* da primeira parte (no diálogo entre o autor e suposto amigo), quando se arrolam "conselhos" para a recuperação do gênero: as obras deveriam "deleitar" e "ensinar" os leitores pela "*apacibilidad de estilo* [*lo escribir como hablo*"] y *ingeniosa invención*" no uso das fontes clássicas e religiosas pois não se tinha notícia que os filósofos antigos, "*la Divina Escritura, y las oraciones de retóricos*", comumente utilizados nos introitos, tivessem em mente livros de cavalaria (*Prólogo*, I, p. 18-19). Assim, concordam os especialistas que Cervantes não pretendia a extinção do gênero,⁸ cuja importância se esclarece no escrutínio feito pelo cura e o barbeiro na biblioteca de D. Alonso Quijano (I, 6, p. 83-95), do qual resultou pequeno e exemplar acervo de referência para personagens e tramas do livro, em

⁶ "*Hay una rama de la crítica española del siglo XVI que vuelve a florecer en el Quijote. (...) los libros habían sido banco de censuras y juicios adversos pronunciados por teólogos, humanistas e otros intelectuales. (...) Vives, Erasmo, Juan de Valdés, Malón de Chaide y muchos más expresaran su desaprobación con razones veementes*" (RILEY, 2004, p. CXLVI; RIQUEL, 2004, p. LXXIV).

⁷ A expansão do calvinismo na França e nos Países Baixos durante o reinado de Felipe II (1555-1598) justificou a atribuição de amplos poderes ao Tribunal do Santo Ofício e grandes autos de fé em Valladolid e Sevilha. Também estimulou a criação dos primeiros índices de livros proibidos, o cerceamento do estudo em universidades estrangeiras e a ratificação do estatuto de limpeza de sangue (ORTIZ, 2004, p. CIV).

⁸ O sucesso do *Don Quijote* denota a popularidade do gênero na Europa e na América. Após publicação da Primeira Parte em Madri (1605), seguiram-se outras edições em Valência, Lisboa e Milão (1610), além de traduções para o inglês, francês e italiano. Velpius produziu, em Antuérpia, o primeiro volume (1607) e os dois volumes em 1615 (NAVE et al., 2014, p. 17-19).

destaque o *Tirant, el Blanc* e o *Amadis de Gaula*, herói preferido de D. Quixote (ROUBAUD, 2004, p. CXXVII–CXXVIII).

Admitindo (re)elaborações nos cânones humanistas, como prescreviam Baldassare Castiglione (*O Cortesão*), Juan de Valdés (*Diálogo de la Lengua*), Juan Luís Vives (*De tradentis disciplinis*),⁹ dentre outros, o narrador sugere retomada dos mestres greco-romanos da poética, da retórica e da história (Aristóteles e Cícero) não para imitá-los, mas para inspirar obras criativas. Assim, as opiniões dos personagens “cultos” (o cônego, o cura e o bacharel) também reiteram que, em se tratando de novelas de cavalaria, a “*ingeniosa invención*” não poderia descuidar da necessária verossimilhança ou probabilidade histórica, fundamento de seu poder de sedução e convencimento, e motivo da (re)adequação de preceitos ciceronianos e aristotélicos quanto aos significados e utilidades da poesia e da história lembrados pelo bacharel Sansão Carrasco: “*El poeta puede contar o cantar las cosas, no como fueron, sino como debían ser; y el historiador las hay de escribir, no como debían ser, sino como fueron, sin añadir ni quitar a la verdad cosa alguna*” (II, 3, p. 708) (RILEY, 2004, p. CLV).

Tal menção insinua entendimento a um só tempo compartilhado e singular entre os dois gêneros, a poesia (fruto da imaginação) e a história (fiel aos acontecimentos), concepção aceita por Fray Antonio de Guevara, – o Bispo de Mondoñedo mencionado no *Prólogo* da primeira parte – defensor do “entretenimento virtuoso”, das novelas tecidas com imaginação e verossimilhança,¹⁰ e uma das fontes inspiradoras de Cervantes e da novela picaresca.¹¹ É significativo ressaltar a intensidade dessa aproximação no ambiente literário europeu dos séculos XIII ao XVI. Assim, *Cronica* e *História* intitulavam tanto os livros de cavalaria – “*Historia del invencible caballero don Olivante de Laura; Crônica del muy valiente y esforçado caballero Platis; Crônica do Imperador Clarimundo* – quanto narrativas sobre os reinados hispânicos e suas conquistas na Europa e na América – *Historia de la vida e hechos del emperador Carlos V; Historia General y Natural de las Indias, Cronica de los Señores Reyes Católicos* ou a *Grant Cronica d’Espanya* e *Cronica de los Conqueridores*. Havia também biografias de cavaleiros

⁹ “No século XVI ibérico os escritores (...) passaram a ter a preocupação de fazer com que a língua reproduzisse a fala. Além do propósito de dignificar a língua falada, havia também a ideia de conceder à língua maior naturalidade” (VIEIRA, 2005, p. 11–12).

¹⁰ “Through the use of the humor and irony, Guevara seems to parody and subvert humanistic erudition by forging new paths in the creation of literature as fiction and entertaining” (RIVERO, 2004, p. 231).

¹¹ Destacando a criatividade de Guevara em relação aos cânones medievais e humanistas, Francisco Villanueva considera que “*rompia con la cultura literaria de la clerecía medieval en la misma medida en que se apartaba de las ideas oficiales del humanismo renascentista*” (VILLANUEVA, 1968, p. 56).

que inspiravam novelas (RIQUER, 2004, p. LXI-LXIII) e novelas tecidas como “intricada teia de ficção e história”, entre as quais se destaca a preferida de D. Quixote, o *Amadis de Gaula*, de Garci Rodríguez de Montalvo.¹² Por outro lado, romances franceses compuseram (séculos XII e XIII) a *Grande e general estória de Alfonso VII*¹³ e de *Alfonso X el Sábio* (ROUBAUD, 2004, p. CXXII) e, no XVI, cronistas oficiais exercitavam ambos os gêneros: Fray Antonio de Guevara (1481–1545); Diego de Valera (1412–1488) historiador de Isabel de Castela, autor da *Crónica Abreviada de España* (1482), a primeira história do reino em língua vernácula impressa na forma de livro; Gonzalo Fernández de Oviedo y Valdéz (1478–1557), historiador das Índias no reinado de Felipe II; e o cronista de D. João II de Portugal, João de Barros, autor do romance *Cronica do Imperador Clarimundo*.¹⁴

Pode-se considerar, portanto, que embora no século de Cervantes se acentuasse a clivagem entre obras históricas com chancela oficial e obras de ficção – biografias–crônicas de cavaleiros, crônicas reais¹⁵ e “*libros de caballerías*” – o ofício de narrar eventos históricos ou ficcionais pressupunha o compartilhamento de referências metodológicas e também de fontes, contingência indicada no *Quixote* pela presença de um autor múltiplo, a um só tempo narrador/historiador/tradutor e, sobretudo, pela familiaridade do escritor com livros da história de Castela – em destaque a *Crônica de D. Juan II* (1406–1454), texto do século XV composto por quatro autores (Alvar Garcia Santamaria, Pedro Carrillo Huete, Juan de Mena e Fernando Pérez Guzmán) e a lei XII do título XXI da *Segunda Partida* do rei D. Alfonso X, o Sábio, (1251–1284) que trata de “*quáles non deben ser cavalleros*”. No primeiro, teria recolhido nomes de heróis “verdadeiros” para o diálogo entre D. Quixote e o cômico (I, 49, p. 620) quando abordaram problemas e contribuições dos livros de cavalaria para o

¹² “no other chivalric romance exemplifies the intricate web of fiction on history better than Garci Rodriguez de Montalvo’s *Amadis de Gaula*, whose Prologue mentions three types of history: ‘verdaderas’, ‘fingidas’ and ‘historias de afición’ (...) Not surprisingly chivalric romances, with their plethora of ‘extrañas hazañas’ (...) influenced (...) historical chronicles on the exploration and conquest of the new world” (RIVERO, 2004, p. 142). A autoria do *Amadis* é controversa, mas a versão de Montalvo, com 19 edições no século XVI, teve grande repercussão. A edição *princeps* em espanhol foi feita em Antuérpia em 1551 (NAVE, 2014, p. 37).

¹³ Eram “peças lúdicas mas que também serviam para fins políticos” pois legitimavam o poder de soberanos de Astúrias, León e Castela (KAGAN, 2010, p. 45).

¹⁴ Temas e personagens de livros de cavalaria associados a outras matrizes messiânicas e milenaristas fundamentaram mitos políticos nos reinos ibéricos, a exemplo da expectativa do retorno do rei D. Sebastião de Portugal morto em batalha no norte da África em 1580 (MEGIANI, 2003).

¹⁵ Plutarco (*Vidas Paralelas*) referenciava o conceito de biografia, destacando o caráter e personalidade do indivíduo e também suas ações (KAGAN, 2010, p. 141–142).

conhecimento “útil”. No segundo, se informa sobre o ritual de sagração dos cavaleiros, devidamente adaptadas, na trama, pelo dono da estalagem/castelo onde D. Quixote se hospedou várias vezes (I, 3, p. 64–65) (RICO, 2004, p. 507).

Além das metodologias, o narrador parece sensível aos problemas de ofício dos cronistas reais e particulares que atuavam nas cortes e nas universidades – na Itália, França e Espanha –, preparando textos, procurando argumentos jurídicos e históricos para redigir narrativas que legitimassem dinastias e impérios recém-formados.¹⁶ Uma iniciativa pioneira partira justamente dos soberanos de Aragão – Pedro IV e João I – no século XIV, ao incumbir Juan Hernández de Heredia de localizar e verter para o aragonês Plutarco, Justino, Flávio Josefo e Tucídides. Afonso V de Aragão, apoiara a tradução de Platão, Aristóteles, Homero (Ilíada), Cícero, Xenofonte e Políbio. Estudados por Leonardo Bruni (Cícero) e por Lorenzo Valla (Tucídides) – textos clássicos fundamentaram obras de humanistas do século XVI, dentre elas *De Rebus a Ferdinando Aragoniae Rege Gestis Libri*, escrita por Valla como registro do reinado de Fernando de Aragão, pai de Afonso V.¹⁷

Para Richard Kagan, a Espanha não inventou o cronista oficial (cargo regularizado pelos reis católicos) nem seus monarcas fizeram uso solitário da história para fins políticos pois “*monarquía y historia van mano a mano*” em vários reinos onde o poder se expressou por crônicas espelhadas nos antigos e em processos jurídicos, acervos que reuniam vários tipos de documentos.¹⁸ Desde o século XIII, soberanos de Aragão e Castela encomendaram histórias da reconquista da *Hispania* e patrocinaram a tradução de obras de origem árabe, para o castelhano, o catalão e o aragonês,¹⁹ iniciativas que reverbera-

¹⁶ Por sua própria composição – uma associação de relatos de cronistas ligados a diferentes facções em luta na Castela do século XV – a *Cronica de d. Juan II* – possivelmente consultada por Cervantes, registra a guerra civil que promoveu Isabel ao trono de Castela. Por sua vez, as *Siete Partidas* de Alfonso X (de Castela) conceitua a monarquia e fortalece o poder real (KAGAN, 2010, p. 53, 74).

¹⁷ “A história tucidideana começava, por esta primeira versão aragonesa de fins do século XIV a ganhar renovada presença no mundo ocidental” (...). A *Historiarum Florentini Populi* (1414–1444) de Leonardo Bruni, que tinha por escopo “*rehacer las fuentes y extender el prestigio de la patria*” inspirou cronistas espanhóis e europeus. Lorenzo Valla foi secretário de Afonso V (PIRES, 2007, p. 34–35, 108).

¹⁸ “*Desde el siglo XV, con la irrupción del Renacimiento, se puso de moda la historia de corte humanista, escrita en latín, adornada con una serie de figuras retóricas y plagada de ejemplos diseñados para proporcionar instrucción moral y consejos políticos.*” (KAGAN, 2010, p. 38).

¹⁹ Por iniciativa de Alfonso X, o Sábio, de Castela, escreveu-se a *Cronica Geral de España*, (1270). Outra “*Coronica General de España*”, foi finalizada em 1541 por Florián Ocampo, cronista de Felipe II, que completou trabalho de Ambrosio de Morales, um dos cronistas dos Reis Católicos (KAGAN, 2010, p. 47–51, 155).

ram na trama dos livros de cavalaria do século XVI, inclusive no enredo do *Amadis de Gaula* e do *D. Quixote*.

Muestra característica de este fenómeno [uso de motivos já desenvolvidos por predecessores] es la forma en que va evolucionando, a partir del Amadis, la atribución a dos autores sucesivos, un redactor antiguo y un traductor moderno, del libro que se está leyendo, desdoblamiento iniciado por Montalvo y sutilmente aprovechado después por Cervantes en su creación de Cide Hamete Benengeli [o pretense autor mouro do Quijote]; en el Caballero de la Cruz (1521) los autores son un cronista moro y un cautivo cristiano capaz de verter al castellano el texto árabe. (ROUBAUD, 2004, p. CXXII)

Explorando este compartilhamento e também a polêmica entre os dois campos, minha reflexão privilegia uma das histórias da obra: o relato das peripécias do narrador e “padrasto” (Prólogo, I, p. 10) do Cavaleiro de La Mancha na busca por fontes que permitissem trazer à luz as aventuras e desventuras do cavaleiro e de seu escudeiro na forma de uma história, segundo suas expectativas, “moderna” (I, 9, p. 116).²⁰ Nesta trama, parece saber sobre uma tradição de textos, livros e manuscritos inspirados em fontes antigas que desde o século XV ensinavam como escrever a história “verdadera” (ALBANESE, 2009, p. 277–330).²¹ Neles, leigos e religiosos indicaram regras para a escrita da “mejor historia”, útil ao “buen gobierno” e a salvo de intervenções restritivas ao autor e sua “verdade”, uma queixa de vários cronistas do século XVI: Fernando del Pulgar, Fernando Pérez de Guzmán, Antonio de Guevara, Juan Ginés de Sepúlveda e, mais próximos do escritor, Luís Cabrera de Córdoba e Antonio Herrera y Tordesillas.²²

Porém, da mesma forma que recrimina desmesuras das novelas de cavalaria o narrador ironiza as certezas de “sábios e cronistas” de diferentes perfis – eruditos, retóricos e empíricos – quanto a uma “história verdadeira”, externando através de cativante alegoria uma espécie de avaliação de seus objetos e objetivos – arrolar fatos da história dos grandes homens antigos e

²⁰ No Renascimento, o termo “Moderno” referia-se à imitação dos antigos como forma de romper com as “trevas” da Idade Média (HARTOG, 2005, p. 30).

²¹ Textos de várias modalidades (manuais, obras literárias e históricas) circularam na forma de manuscritos nos séculos XV–XVI (ALVAREZ, 1997, p. 31–32, 45–46, 111–116).

²² Integram essa tradição crítica: Fernando Pérez de Guzmán (*Generaciones y Semblanzas*, 1450); Antonio de Guevara (*Relox de Principes, Epístolas Familiares*); Hernando del Pulgar (*Claros Varones de Castilla*, 1486); Juan Páez de Castro (*De las cosas necesarias para escribir la Historia*, 1555); Giovanni Antonio Viperano (*De scribenda Historia*, 1569); Luís Cabrera de Córdoba (*De Historia para entenderla y escribirla*, 1611); Antonio de Herrera y Tordesillas (*Tratado, relación y discurso histórico de los movimientos de Aragón*, 1612). Postura similar aparece em *Sobre los libros*, de Montaigne (1555). Cf. Kagan (2010, p. 91, 155; 2013, p. 205–210) e Martínez (2014, p. 1–11).

modernos e seus feitos. Interpela também suas fontes – os documentos legitimados pela autoria ou origem – geralmente obras de autoridades gregas, romanas, cristãs ou relatos fabulosos retirados dos textos bíblicos.

Interpelando “sábios, cronistas e historiadores”

Porque dar a entender a nadie que Amadis no fué en el mundo, ni todos los otros caballeros aventureros de que están colmadas las historias, será querer persuadir que el sol no alumbra, ni el yelo enfría, ni la tierra sustenta... (I, 49, p. 618)

Na trama que expõe os obstáculos do narrador para revelar as façanhas do cavaleiro D. Quixote, apresentada especialmente na primeira parte da obra, inclui-se divertida reflexão sobre cronistas e crônicas apontando ambiguidades e parentesco com novelas de cavalaria, interrogando assim a estrita separação entre fontes, imaginação e história. Os primeiros registros aparecem no capítulo 2 e mencionam os *Anais da Mancha*, obras com informações cronologicamente organizadas de fatos e figuras da história do império espanhol preparadas por eruditos antiquários,²³ especialistas na arte de ler e desvendar vestígios antigos e, também, responsáveis pela comprovação dos documentos depositados nos arquivos, instituições particularmente incentivadas por Felipe II²⁴ em passado recente. Porém, nos *Anais da Mancha*, teriam sido encontradas singelas pistas do cavaleiro:

Autores hay que dicen que la primera aventura que le avino fue del Puerto Lápice; otros dicen que la de los molinos de viento; pero lo que yo he podido averiguar en este caso, y la que he hallado escrito en los anales de la Mancha es que él anduvo todo aquel día, y, al anochecer, su rocín y él se hallaron cansados y muertos de hambre, y que, mirando a todas partes por ver se descubriría algún castillo o alguna majada

²³ Os mais célebres eruditos espanhóis do início do século XVI foram Antonio de Nebrija, Pero Lopez de Ayala e Pedro de Rhúa. Sobre o debate entre humanistas “antigos e modernos” cf. Maravall (1979, p. 337–347).

²⁴ Os *antiquarii* “descrevem fontes não literárias, exumam partes de monumentos, moedas, pedras, inscrições, vestígios” (FURET, [1986], p. 109–110). Atuavam na Espanha desde o século XIII, quando Pedro III de Aragão organizou os arquivos da monarquia auxiliado por notários. Após 1580, Felipe II dispensou especial atenção à coleta e depósito de fontes no Arquivo Geral de Simancas (ALVAREZ, 1997, p. 87–90).

de pastores donde recoger-se y adonde pudiese remediar su mucha hambre y necesidad, vio, no lejos del camino por donde iba, una venta. (I, 2, p. 51-52)

Ainda no capítulo 2, há referência ao cronista retórico e discípulo obediente dos cânones clássicos, aquele que, mediante recompensa, compunha em latim eloquente e rebuscado, com maior ou menor veracidade, vidas de grandes homens. Inspirando-se nos relatos épicos sobre heróis da Grécia e de Roma, tornaria eventos memoráveis todos os gestos do biografado, e poderia ser o autor da versão ansiada por D. Quixote, aquela que garantiria sua fama,²⁵ desejo anunciado pelo cavaleiro em frase célebre:

Dichosa edad y siglo dichoso aquella donde saldrán a luz las famosas hazañas mías, dignas de entallarse en bronce, esculpirse en mármoles y pintarse en tablas, para memoria en lo futuro. Oh tú, sabio encantador, quienquiera que seas, a quien ha de tocar el ser cronista de esta peregrina historia! (I, 2, p. 50-51)

Mas o narrador logo constataria os entraves dessas fontes para a escrita da história do cavaleiro, pois só privilegiaram como “heróis” os lembrados pelo cônego de Toledo na conversa com D. Quixote – Viriato, na Lusitânia; César, em Roma; Aníbal, em Cartago; Alexandre, na Grécia; o conde Fernán Gonzalez, em Castela; el Cid, em Valência; Gonzalo Fernandez, em Andaluzia; Diego Garcia Paredes, em Estremadura; Garci Pérez de Vargas, em Xerez; Garcilazo, em Toledo e D. Manuel de Leon, em Sevilha. Entre eles não estavam D. Quixote e a Mancha, nem os personagens por ele louvados – Juan de Merlo, Pedro Barba, Gutierre Quijada, D. Fernando de Guevara, mossén Luis de Faces (I, 49, p. 618).

Então, pela carência de dados, a narrativa se interrompe no capítulo 8 da primeira parte quando D. Quixote e Sancho tomam o caminho de Puerto Lápice, após o combate com os moinhos de vento, e encontram um grupo de viajantes com alguns religiosos da ordem de São Bento e uma dama da Vizcaya, acompanhada por criados, que se dirigia a Sevilha onde a aguardava o esposo nomeado para um cargo nas Índias de Castela (I, 8, p. 113). Nesse bizarro encontro D. Quixote investiu contra os pacíficos monges por imaginá-los raptos da fidalga senhora; e travou renhida luta com um dos escudeiros da viajante que tentou socorrer os agredidos.

A “surpreendente” interrupção em meio a luta parece sublinhar o desinteresse dos cronistas em figuras não memoráveis, em especial esta – um

²⁵ “Na Itália do século XV os eruditos humanistas haviam adotado um novo tipo de história escrita em latim que enfatizava questões como a eloquência, a apresentação e o estilo. Seguindo Tucídides (...) tendiam também a adornar suas histórias com discursos inventados” (KAGAN, 2010, p. 158).

pequeno fidalgo que, obcecado pela ideia de reprisar a fama de cavaleiros antigos, apenas enlouquecera.²⁶ Na ocasião, o narrador expressou teatral “surpresa e inconformismo” com o ocorrido argumentando, com fina ironia, que a presença do cronista era “*cosa que no faltó a ninguno de los caballeros andantes, porque cada de uno de ellos tenía uno o dos sabios como de molde, que no solamente escribían sus hechos, sino que pintaban sus más mínimos pensamientos y niñerías, por más escondidas que fuesen*” (I, 9, p. 116).

Na ausência de fonte de letrado cristão precisou recorrer a outro registro, misto de crônica e novela: a história “aljamiada” (obra espanhola transcrita em caracteres arábicos) do “mouro” Cide Hamete Benengeli, encontrada por acaso no mercado da cidade de Toledo. O episódio retoma enredo do *Amadis de Gaula* e do *El Caballero de la Cruz*, mas lembra também cena das *Epístolas* (I) de Fray Antonio de Guevara – o encontro de um pergaminho em “*una tienda de um librero*” de Toledo.²⁷ De fato, recorda um gênero de fonte que, se fora valorizada pela “escola de tradutores de Toledo” e por reis castelhanos do século XIII – Alfonso X, Juan Manuel e Juan II²⁸ – agora parecia desacreditada, talvez pela polêmica em curso quando do preparo do livro sobre a autenticidade dos *Libros de Plomo de Sacromonte* e das *Relíquias da Torre Turpiana*, “descobertas” em Granada. Embora sob suspeita de terem sido forjadas por cortesãos mouriscos – Alonso del Castillo (assessor de Felipe II para textos em árabe) e Miguel de Luna –, acusação que se confirmou posteriormente, os *Libros* e as *Relíquias*, grafados em árabe, latim e castelhano, vinham fundamentando vínculos culturais e religiosos antigos (anteriores à invasão árabe de 711 d. C.) entre cristãos e mouros.²⁹

²⁶ A loucura foi comumente incorporada às narrativas literárias deste período, em especial nas novelas de cavalaria. Contudo “a loucura quixotesca encontra familiaridade com a loucura erasmista em que o louco não chega a perder a faculdade do entendimento, embora passe vários momentos enlevado na ‘ficção e no sonho cavaleiresco’” (VIEIRA, 2012, p. 152).

²⁷ “*Muestra característica de este fenómeno es la forma en que va evolucionando, a partir del Amadis, la atribución a dos autores sucesivos, un redactor antiguo y un traductor moderno, (...) desdoblamiento iniciado por Montalvo y sutilmente aprovechado después por Cervantes en su creación de Cide Hamete Benengeli; en el Caballero de la Cruz (1521) los autores son un cronista moro y un cautivo cristiano capaz de verter al castellano el texto árabe*” (RIVERO, 2004, p. 230-231; ROUBAUD, 2004, p. CXXVII).

²⁸ Alfonso X participou da redação da *Estória de Espana*, ou *Primera Crônica General*; no século XIV, Juan Manuel escreveu a *Crônica Abreviada*, um resumo da *Primera Crônica General* de seu tio Alfonso X (MICHAEL, 1982, p. 41, 48).

²⁹ “*De 1588 (reliques de la Torre Turpiana) à 1595 (livres de plomb de Sacromonte), une série de textes et de documents, rouleaux de plomb gravés de textes arabes, restes humains et reliques, tisse un récit accréditant la venue de Saint Jacques en Espagne, le martyre de ses disciples à Grenade même. Certains textes présentaient par*

Na paródia criada por Cervantes, o texto de Cide Hamete Benengeli³⁰ se tornaria a principal fonte da história de D. Quixote porque, além de ser o único registro encontrado pelo narrador, parecia confiável: o autor mostrava-se “desapaixonado”, sendo “*mas parco que demasioso en los elogios de tan buen caballero*”. De imediato, seu único defeito na trama seria a origem do cronista – um “*escritor árábigo*” – visto como “*mentiroso, falsário y quimerista*” (II, 3, p. 704) e também um “*enemigo*” da Espanha pois os membros daquela “*nación*”³¹ ainda ameaçavam os cristãos no Mediterrâneo e seus descendentes na península, constrangidos a praticar à fé católica, rebelaram-se muitas vezes e conspiraram contra o Império aliando-se aos adversários turcos e calvinistas.³²

Assim, decidido a “revelar figura tão original” e inspirado pela liberalidade de estilo que caracterizara muitos cronistas espanhóis de um passado não muito distante,³³ o narrador resolveu, a partir do capítulo 9 da primeira parte, divulgar a “história” de Benengeli. Afinal, ela cometia deslizos semelhantes às demais crônicas: abusava das “*niñerías*”, mencionava fatos que não podia comprovar ou inventava diálogos. O “padrasto” ironiza o excesso de detalhes que o transformava numa espécie de “feiticeiro” por ler e interpretar pensamentos, adivinhar expectativas e atribuir a Sancho Pança palavras que ele dificilmente teria proferido. Comentários sobre o conteúdo da crônica de Cide Hamete surgem também no início da segunda parte, quando Sancho e o cavaleiro são informados pelo bacharel Sansão Carrasco sobre

ailleurs la domination maure comme un vecteur d'unité de la foi en un syncrétisme original destiné à réconcilier les confessions en conflit sur le sol ibérique” (MALAVIALLE, 2008, p. 1–10).

³⁰ Este personagem tornou-se: “*la más fascinante de las máscaras inventadas por Cervantes para disimularse (...) Si se admite la etimología propuesta por Bencheneb y Marcilly, el mismo nombre de Cide Hamete Benengeli conlleva (...) una notable carga autobiográfica: este ‘señor’ (Cide) ‘que más alaba al Señor’ (Hamete) no sería, a despecho de Sancho, moro aberenjenado, sino, paradójicamente, Ben-engeli es decir ‘hijo del Evangelio’ y no del Corán, y como tal, cristiano*” (CANAVAGGIO, 2004, p. LI).

³¹ “*Si a ésta se le puede poner alguna objeción cerca de su verdad, no podrá ser otra sino haber sido su autor árábigo, siendo muy propio de los de aquella nación ser mentirosos, aunque, por ser tan nuestros enemigos, antes se puede entender haber quedado falto en ella do que demasiado*” (I, 9, p. 120). “*Nación*” então designava grupos étnicos, linguísticos ou culturais (CATROGA, 2013, p. 19).

³² Após um século de embates entre o governo espanhol e os mouriscos (remanescentes dos mouros na Espanha), estes foram expulsos entre 1609 e 1614 (reinado de Felipe III) justamente quando Cervantes escrevia e publicava as duas partes do *D. Quixote* (1605 e 1615). Se o livro sugere imagem ambígua para o cronista “mouro”, denota simpatia para com o personagem “mourisco” Ricote (ORTIZ; VINCENT, 1978, p. 153–154, 199, 252–253).

³³ A exemplo da *Crônica Sarracina* (1430), relato fictício da invasão árabe, de Pedro del Corral, acusado de “trufa” pelo cronista Fernán Pérez de Guzmán, autor de *Generaciones y semblanzas* “*obra en que los retratos físicos y morales de sus contemporáneos aparecen como fruto de un examen – y esto es una innovación para la época – de los rasgos positivos y negativos*” (MICHAEL, 1982, p. 61).

a divulgação de suas aventuras. Enquanto o escudeiro concordou e cobrou ainda maior minúcia, D. Quixote se inquietou com eventuais indiscrições na narrativa do amor por Dulcinéia, comprometedoras de sua reputação. Sugeriu, então, uma adequada seletividade, pois *“las acciones que ni mudan ni alteran la verdad de la historia no hay para qué escribirlas, si han de redundar en menosprecio del señor de la historia. A fe que no fue tan piadoso Eneas como Virgilio le pinta, ni tan prudente Ulises como le describe Homero”* (II, 3, p. 707–708).

Conselhos para poetas e cronistas

Como elaborar uma história “moderna” e cristã por seus princípios e mensagem, que não se afastasse muito da verdade e, especialmente, agradasse e instrísse um grande número de leitores? O narrador parece sugerir premissa oposta às orientações existentes: em vez de deslocado do mundo por inverossímil perfeição, o herói deveria ter afinidades com o leitor; e se não aparecesse nos textos antigos nem fosse escolhido pelos cronistas, seria preciso muita perseverança e imaginação na descoberta de outras fontes, como, por exemplo, relatos de *“ingenios de la Mancha”* que, certamente, guardariam *“en sus archivos o en sus escritorios algunos papeles de este famoso caballero”* não tendo sido portanto, *“entregue a las leyes del olvido”* (I, 8, p. 113). Ou, colher depoimentos dos que com ele conviveram porque *“ya que no estuviese escrita, [su historia] estaria en la memoria de la gente de su aldea y de las circunvecinas”* (I, 9, p. 116).

Ou, ainda, buscar outros registros, munido de muita curiosidade e nenhum preconceito quanto à autoria e local de encontro, orientação interpretada jocosamente nos episódios da “descoberta” da crônica de Benengeli e de sua tradução, realizada por providencial “mourisco aljamiado” que a verteu do árabe para o castelhano:

Estando yo un día en el Alcaná [mercado] de Toledo, llegó un muchacho a vender unos cartapacios y papeles viejos a un sendero; y como yo soy aficionado a leer aunque sean los papeles rotos de las calles, llevado de esta mi natural inclinación tomé un cartapacio de los que el muchacho vendía y vi le con caracteres que conocí ser árabigos. Y puesto que aunque no los sabía leer, anduve mirando si parecía por allí algún morisco aljamiado que los leyese, y no fue muy dificultoso hallar intérprete semejante. (I, 9, p. 118)

Além dos “papéis velhos”, menciona outros vestígios da história de D. Quixote, como *“una caja de plomo”*, encontrada por um médico *“en los cimientos, derribados de una antigua ermita”* dentro da qual havia *“unos pergaminos escritos en castellano con letras góticas”* – (I, 52, p. 646–647), menções que também parecem parodiar a descoberta das Relíquias e dos *Libros de Plomo de Granada*. Ainda, no final da primeira parte, comenta que uma eventual terceira saída do

cavaleiro fora anotada apenas por poetas – em versos dos “acadêmicos de Argamasilla”.³⁴ Este seria o enredo da segunda parte da história, publicada em 1615, em contrapartida à divulgação de outro texto considerado o “*Quixote apócrifo*” (1614).³⁵

Porém, o episódio mais instigante em esclarecer fontes e métodos do narrador acontece no início da segunda parte, quando se revela o enredamento entre autores, fontes e personagens. No primeiro encontro de D. Quixote e Sancho com Sansão Carrasco, leitor da primeira parte, evidencia-se que a novela estava sendo confeccionada no e para o presente; que cavaleiro e escudeiro eram figuras e testemunhas de passado, a um só tempo, longínquo e recente e muito opinaram na confecção da história. Tal pressuposto – que a contemporaneidade e os depoimentos eram evidências confiáveis – pode sugerir diálogo com historiadores clássicos, dentre eles Heródoto e Tucídides.³⁶ Porém denota especialmente premissas de cronistas do século XVI, tanto do conhecido escritor italiano Paulo Giovio (BYRNE, 2012, p. 221–228) quanto dos espanhóis Fernando del Pulgar, Guzmán, Antonio de Guevara, Antonio de Herrera y Tordesillas, dentre outros aqui já citados, autores que privilegiaram o presente em vez do passado, criticaram a imitação dos antigos, valorizaram os relatos históricos como argumento político e a presença de historiadores entre os conselheiros do rei.³⁷ O entrelaçamento passado/presente irrompe criativamente no trecho em que Sancho e D. Quixote instruem o cronista Benengeli intermediados pelo leitor Sansão Carrasco:

³⁴ Pequeno povoado da Mancha, onde haveria fictícia universidade de duvidosa reputação, ridicularizada por Cervantes.

³⁵ “Apenas em 1613, oito anos após a publicação da primeira parte do Quixote, Cervantes dará notícias de sua intenção de publicar a segunda parte” decisão que “abriu espaço para que em 1614 aparecesse a continuação da primeira parte denominada por alguns como o ‘Quixote apócrifo’, cujo autor se identificou com o pseudônimo de Alonso Fernández de Avellaneda”. O texto foi muito ferino com Cervantes: enquanto o *Prólogo* zombou de seus defeitos físicos e morais (tratava-se de um velho, manco e invejoso de Lope de Vega) a narrativa transformou o nobre cavaleiro em um louco vulgar que termina seus dias na prisão. Tais acusações seriam respondidas com incisiva ironia no *Prólogo* e texto da segunda parte. Situação semelhante já ocorrera em 1602 com a continuação do livro *Guzman de Alfarache*, de Mateo Alemán (VIEIRA, 2012, p. 144–146).

³⁶ Contrapondo-se aos “mitos” da epopeia homérica, Heródoto e Tucídides valorizam o testemunho do narrador na comprovação dos eventos. Cf. Pires (1999).

³⁷ “La buena historia, escribió [Herrera y Tordesillas] y sobre todo la historia que trataba de los asuntos contemporáneos, necesitaba un escritor experimentado en los asuntos de gobernar (...) el historiador tenía que ser un animal político” (KAGAN, 2013, p. 208).

Yo tendré cuidado – dijo Carrasco – de acusar al autor de la historia que si otra vez la imprimir, no se le olvide esto que el buen Sancho ha dicho. (...)

Hay otra cosa que emendar en esa leyenda, señor Bachiller? – preguntó Don Quijote.

– Sí debe de haber – respondió él –; pero ninguna debe de ser la importancia de las ya referidas. (II, 4, p. 717)

“Reconciliar lo verosímil con lo maravilloso”

Cervantes aceptaba gran parte de la teoría del siglo XVI. Pero al mismo tiempo propone o insinúa razonamientos contrarios o subversivos. Así, coexisten en la obra opiniones aristotélicas y antiaristotélicas, por ejemplo” (...) había que reconciliar lo verosímil con lo maravilloso. (RILEY, 2004, p. CXLVIII, CLII)

Embora as orientações do *Quixote* digam respeito a todos narradores, na trama destacada as advertências parecem estar dirigidas mais precisamente a cronistas de histórias “verdadeiras” e documentadas, adversários das façanhas “disparatadas” das novelas de cavalaria. São particularmente lembrados quando, retomando preceitos de Cícero, o narrador recrimina Benengeli por não louvar devidamente as qualidades do cavaleiro:

Y me parece a mí, pues cuando pudiera y debiera estender la pluma en las alabanzas de tan buen caballero, parece que de industria las pasa en silencio: cosa mal hecha y peor pensada, habiendo y debiendo ser los historiadores puntuales, verdaderos y nonada apasionados, y que ni el interés ni el miedo, el rancor ni la afición, no les hagan torcer del camino de la verdad, cuya madre es la historia, ‘émula del tiempo, depósito de las acciones, testigo de lo pasado, ejemplo y aviso de lo presente’, advertencia de lo por venir. (I, 9, p. 120)

Esse registro sobre o “*deber de los historiadores puntuales, verdaderos y nonada apasionados*” sugere criativa menção a querelas, em curso desde o século XVI, envolvendo antiquários, teólogos, moralistas e outros escritores, nas quais irromperam acusações de “falsa erudição”, falta com “o dever de verdade” e infidelidades às fontes por estarem mal citadas ou terem sido erroneamente lembradas, além da invenção de eventos e falsificação de documentos. A propósito, tornaram-se famosos os “deslizes” de Fray Antonio de Guevara na *Vida de Marco Aurélio*, rigorosamente apontados pelo erudito Pedro de Rhúa em suas *Cartas censórias sobre las obras historiales del obispo Fr. Antonio de Guevara*, publicadas em Burgos (1549). Também, a *Historia General y Natural de las Indias* (de Gonzalo Fernández de Oviedo) foi inquirida em suas informações inventadas por Bartolomé de las Casas (BURKE, 1997, p. 109–110). Acrescentem-se episódios bem próximos da publicação do *Quixote*: primeiro, a denúncia de falsificação dos documentos mouriscos encontrados em Granada, fontes até

então respeitadas por historiadores oficiais, a exemplo de Antonio de Herrera y Tordesillas (*Resumen de lo que pasó en el descubrimiento de las santas reliquias de la ciudad de Granada*) e Fray Ambrosio Morales, que as incorporou em sua história da Espanha para atestar a passagem de Santiago por Granada e seu sepultamento em Compostela (MALAVIALLE, 2008, p. 8). Do mesmo modo, a acusação de “*cronista falso y mentiroso*” a Herrera y Tordesillas, levantada pelo conde de Puñonrostro (Francisco Arías Dávila y Bobadilla, membro do consejo de Guerra de Felipe III), por discordar de comentários sobre seu avô insertos na *História General de los hechos de los castellanos en las islas y tierra firme del mar oceano* (1601).⁵⁸

Anote-se também no *Quixote*, a sensibilidade do narrador com outra po-
lêmica contemporânea: a contraposição entre relatos heroicos e cultuadores
de autoridades, e textos que valorizaram homens comuns. Isso ocorreu com
a *Crónica de la Nueva España* (1564), de Francisco Lopez de Gómara (*cronista de las
Indias*), uma apologia a Hernán Cortez na conquista do México, questionada
pela *Historia Verdadera de la conquista de la Nueva España*, do escritor-soldado Ber-
nal Diaz (1560), publicada em 1632, que deu destaque à atuação dos soldados
nas conquista de territórios americanos (BURKE, 1997, p. 109-110).

Para Susan Byrne, Cervantes não só estava a par dos debates sobre his-
tória, poesia, lei e verdade, como mesclou as inconsistências da história e da
jurisprudência no *D. Quixote* para criar um novo gênero, a novela moderna.
A familiaridade com tais campos provinha da prática nos vários processos
em que se viu envolvido e para os quais instruiu a própria defesa. Também,
da experiência familiar, através do avô Juan de Cervantes, advogado e con-
selheiro na cidade de Córdoba. E pelo contato com obras do jurista espanhol
Gaspar de Baeza (relacionando história e jurisprudência e a importância da
primeira no aprendizado do bem governar e praticar o direito), e do histo-
riador italiano Paulo Giovio (traduzida por Baeza) retratando personagens
com boa dose de invenção e fundamentando-os em testemunhos e docu-
mentos simuladores de veracidade (BYRNE, 2012, p. 5).

O perfil paródico do texto do *Quixote*, que instiga o leitor à reflexão e
ao riso (considerado por muitos humanistas como manifestação de efeitos

⁵⁸ O caso ganhou repercussão porque a interpelação à Herrera (1602) foi impressa e, frente à
recusa do cronista em modificar o texto, originou um processo. Um parecer solicitado ao Co-
légio de Bolonha deu razão ao cronista real, mas foi contestado por Puñonrostro que, todavia,
não ganhou a causa (MARTÍNEZ, 2015, p. 5).

saudáveis³⁹ enquanto, para outros, exteriorização de desprezo e “zombaria dos vícios”⁴⁰ interroga intensamente a estrita clivagem entre relatos “falsos” e crônicas oficiais. Para alguns estudiosos do *Siglo de Oro*, tal cesura posta por juristas e cronistas eruditos justificava-se por “Razões de Estado”,⁴¹ mais diretamente a contingência de construir narrativas “verdadeiras” e apoiadas em documentos, capazes de garantir direitos jurídicos dos Habsburgos ao trono espanhol e ao Império europeu-americano, então negados por estados rivais da Espanha na Europa.⁴²

Vários cervantistas consideram que pela (re)elaboração de referências poéticas antigas⁴³ e renascentistas signatárias do neo-platonismo e neo-aristotelismo (RUTA, 2007, p. 16), a narrativa das aventuras de D. Quixote propôs original conciliação de “*lo verosímil con lo maravilloso*”, uma “engenhosa invenção”, testemunho da “*culminación de más de un siglo de experimentación – sin paralelo en la Europa – en el campo novelístico*” (RILEY, 2004, p. CLII, CXLIV, CXLIX). Mesclando contribuições de variados gêneros do conhecimento e riquíssima experiência de vida, o escritor teria configurado com informações antigas e contemporâneas a saga de um cavaleiro imaginário que se espelhava em personagens, a um só tempo efetivas e maravilhosas do passado, porém decidido a imitá-las criativamente, conforme confidencia D. Quixote a Sancho

³⁹ “para a teoria do riso do Renascimento como para as fontes antigas [Hipócrates, Aristóteles, Luciano] o riso tem uma significação positiva, regeneradora, *criadora*” (BAKTHIN, 1987, p. 61). “Cervantes compartilha a crença renascentista que encontra poderes terapêuticos no riso” (CLOSE, 1990, p. 9; VIEIRA, 1998, p. 40).

⁴⁰ “Entretanto [no início do século XVII] também era amplamente reconhecido que essa alegria (...) expressa pelo riso sempre está associada a sentimentos de desprezo, quando não de ódio (...). Entre os humanistas, um dos primeiros argumentos nesse sentido é apresentado por Baldassare Castiglione, para quem, “a cada vez que rimos, sempre estamos zombando de alguém e desprezando alguém” (SKINNER, 2002, p. 5).

⁴¹ A expressão deriva de teoria política do jesuíta Giovanni Botero em *Diez libros de la razón de Estado*, traduzido por Herrera y Tordesillas a pedido de Felipe II, e impressa em 1594, cujos preceitos foram adaptados às expectativas e necessidades políticas da Espanha (KAGAN, 2013, p. 201).

⁴² Após a derrota da Invencível Armada, os Estados rivais da Espanha (Inglaterra, Holanda e França dentre outros) não só divulgam uma “*leyenda negra*” sobre Felipe II como passam a contestar fortemente seus direitos aos domínios europeus e americanos (ALVAREZ, 1997, p. 87-90; KAGAN, 2001, p. 75-96).

⁴³ “Apesar das restrições à imaginação ditadas pelos moralistas, destacam-se também nos séculos XVI e XVII ibéricos uma considerável difusão e importância dada à novela antiga e, de modo mais específico, à obra de Apuleyo e à do sofista Luciano de Samósata, em que a imaginação e o sonho têm fluxo contínuo, supondo universos fantásticos, maravilhosos, cômicos e satíricos” (VIEIRA, 2012, p. 144-146).

no refúgio de Sierra Morena quando explica o traço inédito da penitência oferecida à sua amada Dulcinéia:

– *Paréceme a mí – dijo Sancho – que los caballeros que lo tal hicieron fueron provocados y tuvieron causa para hacer estas necedades y penitencias; pero vuestra merced qué causa tiene para volverse loco?*
– *Ahí está el punto – respondió don Quijote – y ésa es la firmeza de mi negocio, que volverse loco un caballero andante con causa, ni grado ni gracias: el toque está en desatinar sin ocasión y dar a entender a mi dama que si en seco hago esto que hiciera en mojado?* (I, 25, p. 301–302)

Nessa “experimentação”, mesclaram-se o poeta e o cronista, aproximados em seus ofícios de “deleitar e ensinar” amplo público e no anseio de narrar acontecimentos do passado e do presente. Vários episódios da obra remetem ao século XVI, em destaque a guerra contra os mouros no Mediterrâneo durante o reinado de Felipe II e as conquistas na América e no Oriente.⁴⁴ Além deles, e de outros eventos autobiográficos, o escritor representa o impacto das mudanças trazidas pelas descobertas técnicas (a imprensa, a bússola, as caravelas, os moinhos d’água e de vento) que viabilizaram, além do impulso à produção de mercadorias, a circulação delas e das pessoas na Europa e entre ela o Novo Mundo e o Oriente, especialmente no contexto da unificação das monarquias ibéricas (1580 e 1640), hoje já interpretado como a “primeira mundialização”.⁴⁵ No conjunto, a narrativa pode sugerir sensível leitura das ações e do conhecimento praticados no século XVI que reverberaram no desencantamento e (res)significação do mundo e da natureza conforme Francis Bacon registrou, em 1620, no *Novum Organum* (aforismos 129,130) (BACON, 1973, p. 92–95).

Desde os inícios daquele século, invenções diversas impactaram significativamente a sociedade espanhola ensejando muitos conflitos a uma só

⁴⁴ O texto aponta a dedicação desses soldados à Espanha, muitos deles mantidos por anos como reféns no norte da África, a exemplo dos irmãos Rodrigo e Miguel de Cervantes no retorno da batalha de Lepanto (7/10/1571). A experiência inspira a história de D. Ruy Pérez de Viedma, o “*cautivo de Argel*”. Vários autores reconhecem traços autobiográficos no *D. Quixote* e em outras obras, porém (re)desenhadas em “engenhosa invenção” através da “*proliferación de diferentes voces narrativas*” (CANAVAGGIO, 2004, p. LI).

⁴⁵ “A monarquia católica (1580–1640) era uma construção dinástica, política e ideológica (...); pela primeira vez, uma potência europeia desenvolveu um projeto planetário que abrangia os quatro continentes (...). Com vistas a poder assentar as pretensões universais dessa monarquia, os juristas espanhóis invocaram a noção de extensão geográfica sem precedentes em suas possessões. Como é sabido, com a monarquia católica surgiu a primeira economia mundial e dessa forma, um regime capitalista e comercial intercontinental” (GRUZINSKI, 2014, p. 385–401).

vez cômicos e dolorosos,⁴⁶ sempre solucionados, na novela, pela mediação do dinheiro. Assim, a trama figura a perda de prestígio social e político dos pequenos fidalgos, seus escudeiros e dependentes, personagens importantes na constituição de Castela e na expansão do Império no Mediterrâneo, na Europa, na América e no Oriente. Também representa a ascensão de segmentos ávidos de riqueza e poder como a nobreza cortesã, mercadores, “labradores ricos” e os bacharéis da burocracia imperial.⁴⁷ Ainda, incorpora questões sociais – a proliferação, em virtude da pobreza, dos grupos de “bandoleiros” na Catalunha e a constrangedora situação dos mouriscos humildes, lembrados respectivamente pelos personagens *Roque Guinart* e *Ricote* (CASTRO, 1974, p. 25–32).

Duelos e diálogos: Cervantes, Luís Cabrera de Córdoba e Herrera y Tordesillas

Insinuando a percepção bem informada do narrador sobre a polêmica entre obras criadas pela imaginação e a história “verdadeira” que atravessara o século XVI, as tramas, burlas e advertências do *Quixote* tecem prazerosa representação confundindo atribuições de poetas e cronistas na missão de instruir moral e politicamente súditos e governantes. Talvez tenha sido essa uma das razões da licença para publicação da primeira parte ter sido confiada a censor atento às questões ali colocadas, importante figura das letras, da burocracia e da política imperial naquele final de século. Ninguém menos que o Cronista Mayor de las Índias (desde 1596), Cronista de Castela (desde 1598) e conselheiro de Felipe II e Felipe III, Antonio de Herrera y Tordesillas, que expediu a *Aprobación* em Valladolid, a 11 de setembro de 1604, segundo os termos: “*que se le podrá dar licencia para imprimirle porque será de gusto y entretenimiento al pueblo a lo cual en regla de buen gobierno se deje de tener atención, allende de que no hallo en él cosa contra policía y buenas costumbres*”.⁴⁸

⁴⁶ O controle social aparece na perseguição da Santa Hermandad (esquadrão leigo, civil e regional com poderes policiais que prendia criminosos) a D. Quixote e Sancho. Ainda na vigilância inquisitorial aos cristãos novos e mouriscos. Cf. Vozmedianao (1992, p. 61–109) e Kamen (1973, p. 177–190).

⁴⁷ O *Quixote* sugere a movimentação da sociedade, a ascensão de novos segmentos (a burocracia estatal, o alto comércio e os homens de letras) e o desprestígio de outros (a vocação militar), e a monetarização da economia (ou o triunfo de “Don Dinero”). Dominguez Ortiz considera que o sistema social era simples “em teoria mas complexo na realidade”; ou seja, “a sociedade estatal era oficial, porém as insuficiências deste esquema eram notórias” (ORTIZ, 2004, p. CI–CV).

⁴⁸ Apesar de assinada por Cervantes, a solicitação da licença da primeira parte ao Consejo de Castilla foi feita pelo editor-impressor Francisco de Robles que comercializou as edições espanholas. Localizada no Arquivo Nacional da Espanha em 2012 por Fernando Bouza Álvarez, a

Os termos amplos da *Aprobación*, que atendia critérios preferenciais para apurar se o livro atentava contra o rei, a fé católica e os bons costumes, não explicitam se o censor-historiador acolhia as expectativas do escritor quanto ao perfil de sua “história moderna”. Ao considerar que o livro “*será de gusto y entretenimiento al pueblo*” Herrera parece tê-lo na conta do “*libro de caballería*” condenado pelo cônego de Toledo e pelo cura, ou seja, destinado somente ao “*gusto e entretenimiento*”, reafirmando portanto a cesura entre textos de diversão e de instrução que o narrador parece interrogar. Porém, ao considerar que “*en regla de buen gobierno se deje de tener atención, allende de que no hallo en él cosa contra policía y buenas costumbres*”, insinua não ser prejudicial aos bons hábitos, considerando-o obra de entretenimento aceitável.

Se cotejarmos esta avaliação com outros escritos de Herrera perceberemos algumas afinidades e vários contrapontos entre o criador e o censor da novela. Com certeza, ambos não tinham em boa conta a maior parte dos livros de cavalaria, conforme visto no *Quixote* e revelado por Herrera em seus *Discursos* (HERRERA Y TORDESILLAS, 1804), nos quais o cronista oficial expôs critérios para “bons livros” de história visando diferenciá-los das condenáveis novelas de cavalaria. Ali, considerou como “*un horror para un historiador tratar de imitar a los libros de caballerías y dedicar demasiado espacio a las descripciones de batallas, asaltos, presas de ciudades, muertes de príncipes, costumbres de naciones, estratagemas*”. Para ele, a finalidade da história era “*enseñar a los hombres de vivir bien*” (HERRERA Y TORDESILLAS, apud KAGAN, 2013, p. 205–210), em especial “*los hombres prudentes y políticos*”, certeza que parece não se estender a livros de cavalaria, mesmo àquele para o qual Cervantes e o editor-impressor Francisco de Robles solicitaram *Aprobación*.

Dados históricos talvez possam ampliar hipóteses sobre divergências entre o criador e o censor da primeira parte do *Quixote*. Herrera admitia orientações políticas e filosóficas pós-tridentinas que, privilegiando singularidades nacionais espanholas conciliavam fortemente política, religião e história. Possivelmente, era adepto da “*verdadera razón de estado*”, corrente de pensamento que associou a “arte de governar” com os preceitos da religião católica “*caridad, honestidad y virtud*”, segundo a qual “*la conservación de las monarquías dependía menos en la doctrina de la razón de estado [de Giovanni Botero] que “del buen príncipe ayudado de Dios con las bases de la religión y de la justicia*”. Neste quadro, o historiador deveria atuar como um “homem político, membro da

Aprobación de Herrera não constou da edição *prínceps* do *Quijote* nem das seguintes por motivo desconhecido (ÁLVAREZ, 2012, p. 13–15).

corte e conselheiro do rei” comprometido com a verdade mas, também, com os preceitos católicos e com a missão de “fomentar o bem público oferecendo conselhos e avisos sobre uma série de temas diretamente vinculados à matéria do governo e do estado”.⁴⁹

Tal premissa divergia das convicções de Luís Cabrera de Córdoba, concorrente de Herrera, funcionário da burocracia real, historiador, amigo de Cervantes e, talvez, o “cronista exemplar” desejado pelo narrador do *Quixote*.⁵⁰ Embora também entendesse a figura do historiador como “homem político, membro da corte e conselheiro do rei”, mais afinado com princípios universalistas e erasmistas, Córdoba concebia uma história política separada da religiosa e rigorosamente fiel a todos os fatos juridicamente documentados, orientações expostas em *De História para Entenderla y Escribirla*, texto publicado em 1611.⁵¹

As burlas com historiadores “*nonada apacionados*”, fartamente distribuídas no texto da primeira parte do *Quixote*, e a amizade e respeito de Cervantes por Córdoba eventualmente podem sinalizar outras querelas do escritor com Herrera. Algumas pistas sobre a identidade do autor do *Quixote apócrifo* – o falso licenciado Alonso Fernández de Avellaneda, inimigo de D. Quixote e de Cervantes – incluídas no *Prólogo* da segunda parte da novela,⁵² sugerem

⁴⁹ Acompanhando Pedro de Ribadeneira, Juan de Mariana e Juan Salazar recusavam a tese do jesuíta italiano Giovanni Botero em *Diez Libros de la Razón de Estado*, traduzido por Herrera a pedido de Felipe II e publicado em 1594 (KAGAN, 2013, p. 203).

⁵⁰ Cervantes elogiou Córdoba (1559–1623) em poema da *Viagem ao Parnaso*: “No harás con éste de esse modo/Que es el gran Luís de Córdoba, que pequeño/Todo lo alcanza, pues sabe todo/És de la Historia como dueño/y en discursos discretos tan discreto/Que á Tácito verás si te lo enseño” (JOHNSON, 2012, p. 172). Funcionário da corte de Felipe II (*escribano de ración*) Córdoba cobiçava o cargo de cronista, ao qual concorreu em 1621, sem sucesso.

⁵¹ Os trabalhos de Córdoba – *Filipe Segundo Rey de España* (parte publicada em 1619) e *Relaciones de las cosas sucedidas en la Corte de España desde 1599 hasta 1614* (impresso apenas em 1876) não agradaram a Felipe II e Felipe III. Ao “rei prudente” incomodou o excessivo destaque de sua pessoa; a ambos, o zelo do historiador em descrever acontecimentos da vida pessoal e pública dos reis. Para Richard Kagan, Herrera y Tordesillas escreveu seus *Discursos* para rebater Córdoba, especialmente *De História para entenderla y escribirla* (BYRNE, 2012, p. 112; KAGAN, 2013, p. 205–210; KAGAN; PARKER, 2001, p. 128).

⁵² Considerando que o “bom governo” previa um príncipe assessorado por conselheiros, Herrera y Tordesillas fez críticas aos poderes do duque de Lerma, “válido” e ministro de Felipe III, pelo que foi preso em 1609 e condenado a exílio de cinco anos (KAGAN, 2013, p. 203). Lerma era tio do Cardeal Arcebispo de Toledo, Don Bernardo de Sandoval y Rojas, protetor de escritores, dentre eles Cervantes.

a hipótese de que Herrera y Tordesillas poderia estar entre os prováveis autores da falsa segunda parte publicada em 1614.⁵⁵

À parte vaidades, competições e opiniões sobre “bons livros de história” e qual gênero de obra melhor ensinava “*los hombres a vivir bien*”, poetas e cronistas concordavam com a hegemonia da Espanha e seu Império e partilhavam referências correntes entre letrados do início do século XVII, dentre elas a orientação de não imitar simplesmente os mestres clássicos e conceber o tempo como conhecimento acumulado, fundamento do progresso dos homens.⁵⁴ A partir delas, Herrera – admirador de Tácito e de Guicciardini – (re) interpretou o período de dominação dos mouros como etapa importante na formação da nação espanhola.⁵⁵ Por sua vez, no *Quixote*, o tempo se afigura simultaneamente como mudança, repetição e originalidade, testemunho de que eventos não se repetem senão enquanto imitação criativa dos tempos passados e preparação dos vindouros. Eventualmente, tais convicções podem aproximar Cervantes, Córdoba e Herrera de pensadores contemporâneos como Francis Bacon, adeptos da premissa “*antiquitas juvenus mundi*”, ou seja, os antigos são a infância do mundo.⁵⁶

Percepção em sintonia com momento da história europeia singularizado pela realização de um *plus ultra*⁵⁷ frente ao legado do passado. Talvez por

⁵⁵ Avellaneda foi identificado com vários “inimigos” do escritor, em destaque Jerônimo de Pasamonte, religioso soldado–escritor aragonês que esteve em Lepanto, e escreveu uma autobiografia (RIQUER, 1988). Outros nomes são apontados, em especial Lope de Vega, ambigualmente referido no Prólogo da segunda parte (VIEIRA, 1998, p. 40). Susan Byrne aproxima Avellaneda e Herrera y Tordesillas, mas adverte que a tese ainda depende de maior comprovação (BYRNE, 2012, p. 197).

⁵⁴ “*La rencontre des principes cycliques de l’historia magistra-vitae et de la dynamique progressive de la temporalité augustiniennne conduit de la répétition du Même à la dialectique du semblable évolutif ou progressif*” (MALAVIALLE, 2008, p. 4).

⁵⁵ “*La durée historique de la période musulmane et de son influence sur la formation d’une identité chrétienne exclusive et fortement ancrée territorialement (por la religion y por la patria) est assumée [par Herrera]. Le contraste est saisissant avec Cabrera de Córdoba qui la dévaluait. (...) Vue par Cabrera comme une étape scandaleuse, une éclipse sans consistance historique, la présence musulmane est chez Herrera une mise à l’épreuve d’une personnalité singulière.*” (MALAVIALLE, 2008, p. 3–5).

⁵⁶ “No tocante à antiguidade, a opinião dos homens é totalmente imprópria. (...) Deve-se entender mais corretamente por antiguidade a velhice e a maturidade do mundo e deve ser atribuída aos nossos tempos e não à época em que viveram os antigos, que era a do mundo mais jovem. Com efeito, aquela idade que para nós é antiga e madura é nova e jovem para o mundo” (Aforismo 84) (BACON, 1973, p. 57).

⁵⁷ “*Plus Ultra*”: lema pessoal do imperador Carlos V, referido à superação das fronteiras da Europa identificadas com “as colunas de Hércules” (o estreito de Gibraltar). Tornou-se lema da Espanha, mas foi utilizado também por Francis Bacon para designar o avanço sobre os limites impostos ao conhecimento. Cf. Franco (1986).

isso, o narrador de *D. Quixote*, em mais uma de suas engenhosas burlas, tenha feito significativa inflexão no entendimento da respeitada *historia magistra-vitae* ensinada pelos antigos, especialmente Cícero.⁵⁸ Além de “*émula del tiempo, depósito de las acciones, testigo de lo pasado, ejemplo y aviso de lo presente*”, ela deveria ser também, “*advertencia de lo por venir*”, (I, 9, p. 88) respeitando-se, é claro, os parâmetros dos “tempos vindouros” que os séculos XVI e XVII poderiam, conforme bem assinala Reinhardt Koselleck, conceber.

Referências Bibliográficas

- ALBANESE, Gabriela. A redescoberta dos historiadores antigos no humanismo. In: PIRES, Francisco Murari (org.). *Antigos e modernos: diálogos sobre a (escrita da) história*. São Paulo: Alameda, 2009, p. 277-330.
- ALVAREZ, Fernando Bouza. *Del escribano a la biblioteca: la civilización escrita europea en la Alta Edad Moderna (siglos XV-XVII)*. Madri: Síntesis, 1997.
- ALVAREZ, Fernando Bouza. “*Dásele licencia y privilegio*”: *Don Quijote y la aprobación de libros en el siglo de oro*. Madri: Akal, 2012.
- BACON, Francis. [1620] *Novum organum*. Tradução: José Aluysio Reis de Andrade. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- BAKTHIN, Mikhail. *A cultura popular na idade média e no renascimento*. Tradução: Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec; Brasília, DF: Editora UnB, 1987.
- BURKE, Peter. As fronteiras instáveis entre a história e a ficção. In: AGUIAR, Flávio (coord.). *Gêneros de fronteira: cruzamentos entre o histórico e o literário*. São Paulo: Xamã, 1997, p. 107-114.
- BYRNE, Susan. *Law and history in Cervantes' Don Quixote*. Toronto: University of Toronto Press, 2012.
- CANAVAGGIO, Jean. *Cervantes*. Tradução: Rubia Prates Goldoni. São Paulo: Editora 34, 2005.
- CANAVAGGIO, Juan. Vida y literatura: Cervantes en El ‘Quijote’. In: CERVANTES, Miguel de. *El ingenioso hidalgo Don Quijote de La Mancha: estudio preliminar* (Francisco Rico, dir.; Joaquim Forradellas, colab.). Barcelona: Galaxia Gutenberg, 2004, p. XIV-LXXII.
- CATROGA, Fernando. Pátria, Nação. In: NAXARA, Marcia; CAMILOTTI, Virgínia. (org.). *Conceitos e linguagens: construções identitárias*. São Paulo: Intermeios: Capes, 2013, p. 15-32.

⁵⁸ “a Historia, desde os inícios do Humanismo, é predominantemente história magistra vitae, de antiga herança latina concebida por Cícero que dela dizia ‘testemunha dos séculos, luz da verdade, vida da memória, mestra da vida, mensageira do passado’ [Cícero *De Oratore*, II, 36] (PIRES, 2007, p. 108). Segundo Koselleck, “les historiens proposent des exemples pour la vie” concepção respeitada até o século XVIII (1990, p. 38).

- CARDILLAC, Louis (org.). *Toledo: siglos XII-XIII. Musulmanos, cristãos y judíos: la sabiduría y la tolerância*. Madri: Alianza, 1992.
- CASTRO, Americo. *Cervantes y los casticismos españoles*. Madri: Alianza: Alfaguara, 1974.
- CERVANTES, Miguel de. *El ingenioso hidalgo Don Quijote de La Mancha*. (Francisco Rico, dir.; Joaquim Forradellas, colab.). Barcelona: Galaxia Gutenberg, 2004.
- CLOSE, Anthony. *Dom Quixote*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- DOMINGUEZ, Maria Luísa. Realidad del discurso en Cervantes: historia del ingenioso leitor Don Quijote. In: RAMIREZ, Pedro M. Piñero (ed.). *Dejar hablar los textos: homenaje a Francisco Márquez Villanueva*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2005, t. 2, p. 1063-1092.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. Teologia, adeus. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 8/6/1986, Folhetim, p.9-11.
- FURET, François. *A oficina da história*. Lisboa: Gradiva, [1986].
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Sete aulas sobre linguagem, memória e história*. Rio de Janeiro: Imago, 1977.
- GARCIA, Gustavo V. Postura “testemoniales” en Historia verdadera de la conquista de la Nueva España. *Revista Humanidades: Tecnológico de Monterrey*. Monterrey, México, 10: p. 65-84, 2001. Disponible en: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=38401002>. Acesso 6/12/2015.
- GRUZINSKI, Serge. Babel do século XVI: a mundialização e globalização das línguas. In: THOMAS, Werner et al. (org.). *Um mundo sobre papel: livros, gravuras e impressos flamengos nos impérios português e espanhol (séculos XVI-XVIII)*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, p. 385-400.
- HARTOG, François. *Anciens, modernes, sauvages*. Paris: Galaade Éditions, 2005.
- HERNÁNDEZ SÁNCHEZ-BARBA, Mario. Poder Político y pensamiento cristiano: Juan Ginés de Sepúlveda en el orto de la modernidad. *Mar Oceana. Revista del Humanismo Español e Iberoamericano*, Valencia, 8: p. 43-64, 2001.
- HERRERA Y TORDESILLAS, Antonio. *Discursos morales, políticos e históricos inéditos de Don Antonio de Herrera, cronista del rey don Felipe segundo, autor de las décadas de Indias y otras muchas obras*. Madri: [s. n.], 1804.
- JOHNSON, Carrol B. *Cervantes and the material world*. Chicago: University of Illinois Press, 2012.
- KAGAN, Richard L. Clío y la corona: escribir historia en la España de los Austrias. In: KAGAN, Richard L. & PARKER, Geoffrey (ed.). *España, Europa y el mundo Atlántico*. Madri: Marcial Pons, 2001, p. 73-96.
- KAGAN, Richard L. *Los cronistas y la corona: la política en la historia en España en las Edades Media y Moderna*. Madri: Marcial Pons Historia, 2010.
- KAGAN, Richard L. ¿El cronista oficial: historiador o consejero? El caso ejemplar de Herrera y Tordesillas. *Revista de Historia Jerónimo Zurita*, Zaragoza, v. 88, p. 199-210, 2013.
- KAGAN, Richard L. & PARKER, Geoffrey (ed.). *España, Europa y el mundo Atlántico*. Madri: Marcial Pons, 2001.
- KAMEN, Henry. *La inquisición española*. Madri: Alianza, 1973.

- KOSELLECK, Reinhart. *Le futur passé: contribution à la sémantique des temps historiques*. Paris: Édition de l'EHESS, 1990.
- MALAVIALLE, Renaud. Temps, récit et vérité historique chez Antonio de Herrera y Tordesillas. *Cahiers de Narratologie*, Nice, n. 15, p. 1-10, 2008. Disponível em : <<http://narratologie.revues.org/698>>. Acesso em: 23 jul. 2015. doi: <http://dx.doi.org/10.400/narratologie.698.n.15p1-10>.
- MARAVALL, José Antonio. Un humanisme tourné vers le futur: littérature historique et vision de l'histoire en Espagne au XVIe. Siècle. In: REDONDO, Augustin (org.). *L'humanisme dans les lettres espagnoles*. Paris: J. Vrin, 1979, p. 337-347.
- MARTÍNEZ, María del Carmen. "Pro defensione veritatis": Antonio de Herrera, Cronista Mayor de Indias. *e-Spania: Revue Interdisciplinaire d'Etudes Hispaniques Médiévales et Modernes*, Marselha, n. 18, p. 1-11, 2014. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/e-spania/23687>>. Acesso em 14 ago. 2015. doi: <http://dx.doi.org/10.4000/e-spania.23687>.
- MEGIANI, Ana Paula Torres. *O jovem rei encantado: expectativas do messianismo régio em Portugal: séculos XIII a XVI*. São Paulo: HUCITEC, 2003.
- MICHAEL, Ian. La literatura y el saber en España hasta 1474. In: RUSSEL, Peter E. (ed.). *Introducción a la cultura hispánica*. Barcelona: Critica, 1982, p. 9-74.
- NAVE, Francine. Antuérpia como centro tipográfico do mundo ibérico (séculos XVI-XVIII). In: THOMAS, Werner et al. (org.). *Um mundo sobre papel: livros, gravuras e impressos flamengos nos impérios português e espanhol (séculos XVI-XVIII)*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, p. 31-56.
- NAVE, Francine et al. Introdução à edição belga. In: THOMAS, Werner et al. (org.). *Um mundo sobre papel: livros, gravuras e impressos flamengos nos impérios português e espanhol (séculos XVI-XVIII)*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, p.15-30.
- ORTIZ, António Domingues. La España del Quijote. In: CERVANTES, Miguel de. *El ingenioso hidalgo Don Quijote de La Mancha: estudio preliminar*. Barcelona: Galaxia Gutenberg, 2004, p. XCV-CXIV.
- ORTIZ, António Domingues & VINCENT, Bernard. *Historia de los moriscos*. Madri: Alianza Editorial, 1970.
- OSTENFELD-SUSKE, Kira Kalina von. Writing Official History in Spain: History and Politics c.1474-1608. In: RABASA, José; SATO, Masayuki; TORTAROLO, Edoardo. (eds.) *The Oxford Historical Writing: 1400-1800*. Oxford: Oxford University Press, 2012, p. 428-448.
- PIRES, Francisco Murari. *Mithistória*. São Paulo: Humanitas:FFLCH-USP, 1999.
- PIRES, Francisco Murari. *Modernidades tudideanas*. São Paulo: Edusp: Fapesp, 2007.
- RALLO GRUSS, Asunción. *Antonio de Guevara en su contexto renacentista*. Madri: Cupsa, 1979.
- REDONDO, Augustin. *Antonio Guevara et l'Espagne de son temps*. Genebra: Droz, 1976.
- RICO, Francisco. [Nota 30]. In: CERVANTES, Miguel de. *Don Quijote de la Mancha*. (Francisco Rico, ed.). Madri: Alfaguara, 2004, p. 507.
- RILEY, Edward. La novela de caballerías, la picaresca y la primera parte del Quijote. In: *La rara invención: estudios sobre Cervantes y su posteridad literaria*. Barcelona: Critica, 2001.

- RILEY, Edward. Teoria Literaria. In: CERVANTES, Miguel de. *El ingenioso hidalgo Don Quijote de La Mancha*. (Francisco Rico, dir.; Joaquim Forradellas, colab.). Barcelona: Galaxia Gutenberg, 2004, p. CXLIV–CLIX.
- RIQUER, Martin de. *Cervantes, Passamonte y Avellaneda*. Barcelona: Sirmio, 1988.
- RIQUER, Martin de. Cervantes y el Quijote. In: CERVANTES, Miguel de. *Don Quijote de la Mancha*. Madri: Alfaguara, 2004, p. XLV–LXXV.
- RIVERO, Horacio Chiong. *The rise of pseudo-historical fiction: Fray Antonio de Guevara's novelizations*. New York: Peter Lang Publishing, 2004.
- ROUBAUD, Sylvia. Los libros de caballerías. In: CERVANTES, Miguel de. *El ingenioso hidalgo Don Quijote de La Mancha: estudio preliminar*. (Francisco Rico, dir.; Joaquim Forradellas, colab.). Barcelona: Galaxia Gutenberg, 2004, p. CXV–CXLIII.
- RUTA, Maria Caterina. Lecturas italianas de Cervantes. *Península: Revista de Estudos Ibéricos*, Porto, v. 4, p. 11–21, 2007.
- SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. Tradução: Renato Janine Ribeiro e Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- SKINNER, Quentin. A Arma do Riso. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 4/8/2002, MAIS, p. 5–11.
- THOMAS, Werner et al. (org.). *Um mundo sobre papel: livros, gravuras e impressos flamengos nos impérios português e espanhol (séculos XVI–XVIII)*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.
- VIEIRA, Maria Augusta da Costa. *O dito pelo não dito. Paradoxos de D. Quixote*. São Paulo: Edusp, 1998.
- VIEIRA, Maria Augusta da Costa. Apresentação de D. Quixote. In: SAAVEDRA, Miguel de Cervantes. *O engenhoso fidalgo D. Quixote de la Mancha: Primeira Parte*. 2ª edição. Tradução: Sérgio Molina. São Paulo: Editora 34, 2003.
- VIEIRA, Maria Augusta da Costa. *A narrativa engenhosa de Miguel de Cervantes*. São Paulo: Edusp: Fapesp, 2012.
- VILLANUEVA, Francisco Márquez. *Espiritualidad y literatura en el siglo XVI*. Madri: Alfaguara, 1968.
- VOZMEDIANAO, Miguel Gomez. *La santa hermandad vieja de ciudad real en la edad moderna: Siglos XVI–XVIII*. Tese de doutorado em História. Madri: Universidad Complutense de Madrid, 1992.

Recebido: 02/05/2018 – Aprovado: 23/11/2018

Editores responsáveis:
Iris Kantor e Rafael de Bivar Marquese